

Governo recua no índice do SFH

O Banco Central divulgou um comunicado ontem, esclarecendo que é proibido usar índices de preços para reajustar as prestações de contratos feitos com base no Plano de Equivalência Salarial (PES) do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Esses contratos são corrigidos pela variação dos salários, que agora não têm regras estabelecidas em lei. O comunicado é assinado pelo diretor de Normas do Banco Central, Cláudio Mauch.

Foi o próprio Mauch quem levantou, na segunda-feira, a possibilidade de reajuste das prestações dos contratos do PES por média de

índices de preços de abrangência nacional, conforme regra que vigora para os demais contratos que não tenham estabelecido outro indexador que não o IPC-r. O chefe do departamento de Normas do BC, Sérgio Darcy, declarou depois que os bancos poderiam corrigir as prestações pela média do INPC e do IGP-DI. Acrescentou que os mutuários que tivessem reajuste salarial menor também poderiam pedir revisão dos percentuais adotados pelo financiador.

O PES prevê que as prestações sejam reajustadas como os salários. O problema é que com o fim do IPC-r e a maior possibilidade de au-

mentos diferenciados por empresa, os bancos terão dificuldade de saber qual o reajuste salarial de cada empresa. Com isso, ficará difícil, também, determinar os reajustes das prestações do SFH de quase dois milhões de mutuários inscritos no PES.

O Banco Central vai discutir com a Caixa Econômica Federal e a Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito e Poupança) uma alternativa. Ontem depois de informar-se sobre as declarações de Mauch, a diretoria da Abecip reuniu-se em São Paulo e criticou a sugestão. Mauch não quis atender a imprensa para explicar o ocorrido.